

ENTREVISTA

CARMEN DIANA DEERE
ENTREVISTA COM PARRY SCOTT EM
GAINESVILLE, FLORIDA, ABRIL DE 2012

231

ENTREVISTA – Estudos Universitários

PODEMOS FALAR SOBRE O TIPO DE PESQUISA QUE VOCÊ VEM DESENVOLVENDO COM MULHERES E SEUS DIREITOS NA AMÉRICA LATINA RURAL? ACREDITO QUE ESSA É BASICAMENTE UMA HISTÓRIA DE VIDA, MAS GOSTARIA DE SABER O QUE VOCÊ CONSIDERA COMO PONTOS MAIS IMPORTANTES.

Fazendo uma retrospectiva de cerca de quatro décadas, posso perceber como os tópicos centrais mudaram por décadas, o que reflete o estado da arte em gênero e agricultura e como nós temos aprendido mais.

Eu comecei a trabalhar com a temática de mulheres e agricultura nos anos 1970. Fui ao Peru para começar a área de pesquisa em 1974. Na minha proposta de dissertação fiz um resumo de tudo sobre mulheres e agricultura

no mundo, e isso foi apenas uma bibliografia de talvez vinte ou vinte e cinco itens. Nós sabíamos muito pouco. O que me impressionou foi que, em minha experiência anterior, com a América Latina, eu sempre via mulheres camponesas lá fora, no campo, trabalhando na agricultura, mas, ainda assim, quando você vai aos dados do censo, elas não eram consideradas economicamente ativas.

Minha motivação empírica para fazer essa dissertação sobre mulheres na agricultura foi tornar as mulheres visíveis. Esse era realmente o tema dos anos 1970. Nós estávamos fazendo isso em diferentes áreas, pois as mulheres realmente não vinham recebendo nenhuma atenção acadêmica. Assim, as questões que eu fazia não eram únicas. Era o que

era necessário para desenvolver a área de gênero e desenvolvimento, especificamente na América Latina. Bem, então nós não estávamos realmente falando de gênero; estávamos, na verdade, falando sobre mulheres.

Meu interesse prioritário, que também era típico desse período, era o impacto do desenvolvimento do capitalismo na agricultura na divisão de trabalho por sexo. Esse era na verdade o título da minha dissertação. Nossa preocupação era todo o processo de semi-proletarização, ou descampesinação (“descampesinación”), e a integração na força de trabalho. O que eu estava estudando estava acontecendo ao longo de toda a América Latina, inclusive no Brasil: o fato de que o trabalho das mulheres no campo de trabalho parecia estar relacionado com a migração sazonal dos homens. Agora nós sabemos muito sobre o processo. Agora estou investigando como a integração dos homens no mercado de trabalho mudou a divisão de trabalho por gênero em famílias de pequenos produtores na América Latina, os “minifundistas”.

ISTO É O PRIMEIRO DE QUATRO. ENTÃO HOUVE ALGUMAS MUDANÇAS NO PERÍODO, CERTO?

Eu fiz minha dissertação de mestrado no Peru justamente no momento da Reforma Agrária peruana, logo, foi aí onde meu estudo terminou, indo da transição do sistema de “Hacienda” até o desenvolvimento do capitalismo e finalizando com a Reforma Agrária e o fato de que as mulheres foram excluídas da Reforma Agrária.

Esta foi a segunda temática que eu gostaria de continuar a seguir na minha vida acadêmica. Com a Reforma Agrária, você tinha muitas chances de mudar muita coisa. Mas se as mulheres não eram levadas a sério como trabalhadoras agrícolas, como seriam levadas a sério como beneficiárias da Reforma? Mesmo mulheres que eram chefes de família, que, portanto, poderiam legalmente ser beneficiadas, foram excluídas da Reforma. Para mim, tudo isso se tornou muito político durante a Revolução da Nicarágua. Eu fui direto à Nicarágua a partir do meu trabalho no Peru, com um pequeno desvio na Colômbia para trabalhar com Magdalena de León. Na Colômbia, nós fizemos um estudo similar ao que fizemos nas terras altas do norte do Peru, só que em escala nacional. Portanto, a pesquisa ainda era sobre o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho das mulheres e a reprodução do campesinato.

Na Nicarágua, nós tivemos (e eu digo “nós” porque muitas feministas foram à Nicarágua depois de 1979) a oportunidade de influenciar os contextos político e legal. Naquele momento, toda a área se moveu na direção dos estudos de gênero e das relações de poder, inclusive relações de poder domésticas. Mas na Nicarágua eu comecei a trabalhar especificamente em como integrar mulheres na Reforma Agrária. Nós fomos capazes de influenciar os marcos legais.

INTEGRAR NA REFORMA AGRÁRIA?

A Lei das Cooperativas mostrava explicitamente que as mulheres não

deveriam ser discriminadas, que posições familiares e de gênero não deveriam ser uma barreira à incorporação das mulheres. Esse foi o próprio texto. Logo essa era uma oportunidade realmente interessante de presenciar a organização das cooperativas de produção e das fazendas estatais e observar em detalhes os diferentes problemas de integração das mulheres. E como foi difícil na prática!

E ENTÃO, ISSO FOI ABSORVIDO LENTAMENTE PELAS POLÍTICAS NACIONAIS OU HOUVE MUITA RESISTÊNCIA CONTRA ESSES PONTOS DE VISTA?

Houve muita resistência. Na Nicarágua, os comandantes não deram muita importância. Durante os anos bons da Revolução, de 1979 a 1983 ou 1984, havia coisas mais importantes a fazer, e então eclodiu a Guerra dos Contras, o que basicamente encerrou as conversações. Então foi no fim da Era Sandinista, por volta de 1988, 1989, que as coisas começaram a acontecer, por causa da organização das mulheres rurais na ATC (“Asociación de Trabajadores del Campo”), e na UNAG (“Unión Nacional de Agricultores”), que era a união nacional de camponeses na Nicarágua.

NICARÁGUA, MAS E EM OUTROS LUGARES?

O que era especial na Nicarágua, quando olho para trás, é que as feministas lançaram os temas que depois levaram ao desenvolvimento do movimento de mulheres rurais. E as próprias organizações de mulheres do campo começaram a questionar as estruturas, a olhar para os mecanismos de exclusão das mulhe-

res. Processos realmente importantes começaram a acontecer. E isso estava acontecendo em muitos lugares diferentes: no Peru, certamente, e no Brasil. No Brasil, você tem movimentos paralelos àqueles que estavam acontecendo na Nicarágua: a organização do MMTR (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural), por exemplo, e os movimentos de mulheres do campo no Sul.

Bem, eu continuei com esse tema, desenvolvendo pesquisas em Cuba, investigando o que aconteceu com referência à participação das mulheres na Reforma Agrária. Elas também foram excluídas da Reforma Agrária de 1959. Mas em 1977, quando começou o esforço de coletivização, que basicamente buscava induzir os camponeses que conseguiram terras na Reforma Agrária a formar cooperativas de produção, a incorporação de todos os homens e mulheres adultos no processo foi feita como política de Estado.

ISTO É PARTE DO MOVIMENTO FEMINISTA EM CUBA, OU É PARTE DE UMA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE AS MULHERES DEVERIAM SEGUIR?

Isso foi menos influenciado pelo feminismo do que pelo acontecimento de situações difíceis. Se você deseja convencer os camponeses a compartilhar voluntariamente suas terras, é necessário ter um forte pacote de incentivos, que os faça sair de sua comodidade. Isso foi realmente uma coletivização voluntária. Foi oferecida aos camponeses a oportunidade de entrar em novas comunidades agrícolas. Era um modelo bastante atraente: água encanada, es-

colas, pequenos centros comerciais, trazendo pessoas do campo para desfrutar de todas essas comodidades modernas. Em 1981, quando comecei a entrevistar mulheres do campo e as perguntava se elas eram a favor dessas mudanças, elas me levaram para caminhar um pouco. Você sabe aonde nós fomos? Às lavanderias, onde ficam as máquinas de lavar roupa! Esses foram os benefícios concretos do compartilhamento da terra e da formação de cooperativas de produção: o padrão de vida subiu e as tarefas reprodutivas das mulheres diminuíram. Elas agora tinham eletricidade e uma máquina de lavar. Eu nunca vou esquecer as histórias sobre máquinas de lavar. Compare lavar um par de macacões sujos com a mão depois que seu marido estava fora no campo durante o dia todo, contra colocá-los em uma máquina de lavar, que por sinal era chamada de “Ruska”.

PORQUE ERAM MÁQUINAS RUSSAS?

Sim, o que era muito bonito. Deve ter sido o nome da companhia, mas pode ter sido também o próprio apelido das máquinas, uma vez que as máquinas de lavar vinham da União Soviética. O outro ponto do processo de coletivização foi que todos os membros adultos foram feitos membros da cooperativa: pai, mãe, e todos os filhos adultos. Eles poderiam ganhar uma retribuição baseada na sua contribuição laboral. Este foi outro argumento que as mulheres forneceram a respeito do porquê terem sido favoráveis a fazer parte das cooperativas de produção.

ESSA CONTRIBUIÇÃO LABORAL ERA CARACTERIZADA POR NÍVEIS DIFERENTES ENTRE HOMENS E MULHERES? COMO ERA CALCULADA? HÁ DIFERENÇAS NAS PROPORÇÕES PARA HOMENS E MULHERES (PROPORCIONALMENTE DIFERENTES)?

Era numa base igualitária, o que era um avanço nos ganhos cooperativos. Era igual para homens e mulheres, mas não estou certa a respeito dos filhos. Foram os filhos adultos que foram tornados membros das cooperativas, o que foi outro incentivo brilhante. Os cubanos queriam manter a população do campo. Os jovens queriam sair por causa das oportunidades, que eram maiores na cidade. As cooperativas realmente apelavam aos jovens porque elas seriam mecanizadas, elas seriam baseadas em agricultura científica. Muitos jovens naquele momento eram a primeira geração nascida depois da Revolução, e teriam atingido o nível médio, chegando à idade adulta nos anos 1970. Esses foram fortes incentivos para mantê-los nas áreas rurais. Novamente as mulheres reportaram que o fato de ganharem seus próprios salários e de terem sua própria renda foi um fator atrativo. O governo cubano forneceu uma estrutura de incentivos baseada na análise real das necessidades da Revolução. Para conseguir com que toda a família se envolvesse no trabalho e se mantivesse nas áreas rurais. Isso resultou em benefícios tremendos para as mulheres, sem que tivessem sido pensados como algo específico para mulheres.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES FOI MÍNIMO NISSO. FOI CRIADO ALGUM TIPO DE PROTAGONISMO FEMININO?

A parcela das mulheres nas cooperativas em seu mais alto nível foi em torno de 33%. Outro incentivo para as famílias se juntarem às cooperativas foi dar aos camponeses o direito de se aposentar pelo sistema nacional de seguridade social, e as mulheres poderiam se aposentar com idades menores do que os homens. Então muitas mulheres deixavam a cooperativa quando atingiam 55 anos. Esta foi uma das razões para que a participação das mulheres nas cooperativas começasse a decair com suas aposentadorias, chegando até cerca de 20%.

POR QUE CAIU?

Porque, dada a oportunidade, as mulheres não queriam realmente trabalhar na agricultura, pelo menos não no campo, mas isso variava muito de acordo com a cultura. Eu acabei fazendo um bom e profundo estudo do setor das cooperativas e das fazendas estatais nos anos 1990. Era fascinante... Jovens mulheres em geral eram treinadas como médicas veterinárias ou assistentes de veterinária, agrônomas ou contabilistas. Provavelmente a maioria das mulheres nas cooperativas hoje está trabalhando nesses tipos de habilitações, ou trabalhando como gerentes. Elas são parte do pessoal técnico e científico. Os papéis de gênero realmente mudaram. Mas membros mulheres ainda estão envolvidos com a cozinha, ou seja, a cafeteria, e com responsabilidade sobre programas sociais, como saúde e educação. Essas são atividades típicas de mulheres.

DEPOIS DA PESQUISA EM CUBA, VOCÊ FOI A OUTRA DIREÇÃO?

Meu trabalho com as Reformas Agrárias da América Latina foi baseado no reconhecimento da importância da terra para as mulheres do campo. Mas a partir da Conferência das Mulheres da ONU em Beijing, em 1995, meu trabalho começou a tomar outro rumo. Bina Agarwal tinha acabado de publicar um importante estudo sobre as mulheres e a terra na Índia, intitulado “A Field of One’s Own” (“Um campo de um só”), abordando como a propriedade da terra influenciou as negociações das mulheres por mais poder dentro dos lares domésticos. O modelo teórico foi influenciado pelos modelos de negociação entre lares desenvolvidos por economistas feministas nos anos 1990. Quando eu estava pesquisando em Cuba, acabei por me distanciar muito da Economia, focando primeiramente na história agrária de Cuba. Então, quando comecei a mudar de foco, foi a literatura da dinâmica das relações domésticas que me interessou. Eu me lembro de quando lia o livro de Bina e pensava que deveríamos fazer a mesma coisa na América Latina. Para a Conferência de Beijing eu escrevi um artigo que abordava os programas de acesso a terra e de reforma agrária neoliberais em quatro ou cinco países. Percebi que não poderia ir a Beijing, então pedi à minha colaboradora de longo prazo, Magdalena León, que apresentasse meu trabalho. Ela ficou muito animada com o tema e resolveu acrescentar a Colômbia ao quadro comparativo. No nosso encon-

tro seguinte concluímos que tínhamos a base para o projeto de um livro, e submetemos a proposta à Fundação Ford. Isso nos permitiu expandir o projeto para um quadro comparativo de vinte países. Voltamos a todos os países onde já havíamos trabalhado.

E A ALGUNS MAIS!

Vivi no Brasil nos anos 1970, quando fui estagiária da USAID, mas nunca tinha planejado retornar. Em 1987, Magdalena e eu viajamos ao Brasil para analisar o que estava acontecendo com a Reforma Agrária, que estava acabando de voltar à vida após o fim da ditadura. Em adição à Reforma Agrária, o estudo focava no direito das mulheres à propriedade em geral. O livro resultante desse trabalho, "Empowering Women: Land and Property in Latin America" ("Empoderando Mulheres: Terra e Propriedade na América Latina"), incluía uma perspectiva das ciências sociais nos marcos legais. Magdalena é socióloga e eu sou economista, logo estávamos mais confortáveis em trabalhar nesses campos, e não na leitura de códigos civis, mas acabamos fazendo isso bem, e aprendemos muito. Para ampliar teoricamente todo o contexto da negociação por poder, precisamos entender como os marcos legais favorecem ou impedem a propriedade da terra pelas mulheres.

EXISTEM DIFERENÇAS MUITO GRANDES ENTRE OS PAÍSES?

Mesmo na América Latina. A tradição hispânica é a da propriedade comunitária parcial (também conhecida como

"gananciales"). Nesse regime matrimonial, o que você possui antes do matrimônio permanece seu durante o casamento, mas qualquer propriedade adquirida durante o casamento é compartilhada com sua esposa. Da mesma forma, qualquer propriedade que você herde é sua única propriedade. Uma variante desse regime é o que o Brasil possuía antes das reformas recentes, o de propriedade comunitária total, onde tudo é compartilhado, inclusive o que se possuía e o que foi herdado antes do matrimônio. A grande diferença se dá com o regime de separação de bens, adotado na América Central por volta de 1900. Esse último regime é próximo da tradição Common Law, ou Modelo Britânico. Assim, a América Latina é ideal para comparações.

SÃO BASES MUITO DIFERENTES DE COMPARAÇÃO.

Totalmente! O próximo passo, uma vez que abordamos apenas mulheres do campo e a propriedade da terra, foi considerar a propriedade da casa. A propriedade da casa é importante tanto para mulheres rurais quanto urbanas, e permite uma comparação entre países e ao longo dos países. Foi esse tema que me trouxe aos estudos de gênero e propriedade por volta de 2000, com um novo colaborador, Cheryl Doss, um economista de Yale que trabalha com temas da África. Ficamos interessados em fazer análises comparativas entre a África e a América Latina, focando não apenas na propriedade da terra, mas também na propriedade da casa, de equipamentos, enfim, de todos os bens.

Sempre que você observa pesquisas globais de propriedade doméstica, poucos consideram a propriedade de bens, por exemplo, a pesquisa de avaliação dos padrões de vida realizada pelo Banco Mundial. As poucas pesquisas que perguntam sobre a propriedade de bens raramente perguntam a quem na casa pertencem os bens.

NEM DE ANIMAIS?

Esqueça os animais. Existe apenas uma única pesquisa, para a Nicarágua, que foi considerada a melhor, que pergunta a respeito da propriedade individual de animais e de bens duráveis. Esse trabalho anterior condicionou meu atual projeto sobre gênero e propriedade de bens. Concluímos que precisávamos sair e fazer nossa própria pesquisa, visando demonstrar a importância de coletar informações sobre a propriedade de bens em nível individual. O objetivo final é capacitar-se para demonstrar a importância da propriedade dos bens para as estratégias de negociação doméstica, isto é, para entender as diferentes dimensões do potencial poder de barganha das mulheres dentro de casa e as possibilidades de intervenção. Tivemos muita sorte quando o governo holandês anunciou uma competição de pesquisa, sobre o Objetivo Três das Metas de Desenvolvimento do Milênio, e um de seus temas prioritários era as mulheres e a propriedade. Construímos juntos uma equipe internacional para desenvolver um estudo comparativo da Índia, de Gana e do Equador. Fiquei no Equador por um ano, para pesquisa de campo. Os

dados englobam tudo que pertença a qualquer membro da família.

VOCÊ FICOU SURPRESA POR ALGUMA COISA?

No Equador, ficamos muito surpresos com a igualdade de gênero encontrada na distribuição dos bens. As mulheres possuíam cerca de 53% do total da riqueza doméstica.

E ISSO FOI MAIS IGUALDADE DO QUE VOCÊ ESPERAVA ENCONTRAR?

Eu já sabia, a partir da minha pesquisa anterior, que o Equador e a Argentina detinham as mais altas taxas de propriedade das casas por mulheres na América Latina, destacando-se que a casa é o mais valioso dos bens domésticos. Os dois são países com regime de propriedade comunitária parcial. Essa é uma das razões pelas quais escolhi estudar no Equador. Índia e Gana herdaram dos britânicos o contexto da separação de propriedade. Assim, contribui muito para uma boa comparação o fato de que um dos países apresentou um alto índice de propriedade feminina de bens por causa do regime matrimonial de propriedade comunitária parcial. O que é maravilhoso, no que se refere à análise comparativa, é que ela resultou no Equador na posição final, com igualdade na distribuição da riqueza, Gana em uma posição intermediária, e a Índia, onde as mulheres detêm apenas 19% da riqueza doméstica. Isso realmente mostra a importância do regime matrimonial e de herança na determinação de quem detém a propriedade sobre os bens domésticos.

Parry, é maravilhoso quando você olha para esses gráficos! São muito diferentes. Estamos agora trabalhando nas proposições analíticas derivadas do contexto das negociações por poder. Estamos apenas começando a analisar a diferença que a propriedade de bens por mulheres faz com respeito à qualidade de vida.

Estamos trabalhando em tomada de decisão igualitária. Um dos artigos que estamos escrevendo mostra claramente que, quanto mais igualitária for a divisão da riqueza no ambiente doméstico, mais provável é que o casal tome decisões domésticas junto. Nossa definição de tomada de decisão igualitária leva em conta não apenas decisões onde tanto a mulher quanto o homem declaram que tomam decisões juntos, mas também aquelas onde cada um espera seu cônjuge para tomar decisões juntos.

EXISTEM PERCEPÇÕES DIFERENTES QUE ESTÃO SENDO LEVADAS EM CONTA?

Sim, estamos levando em conta suas percepções de como o cônjuge toma decisões. As decisões que examinamos incluem a decisão de se a mulher vai trabalhar ou não e de como o dinheiro que eles ganham deve ser gasto. Os resultados para o Equador são muito significativos, sugerindo que o compartilhamento da riqueza doméstica pela mulher está positivamente associado a tomadas de decisão mais igualitárias. Estamos também trabalhando no impacto da propriedade de bens por mulheres como um fator obstáculo à

violência doméstica. Existe apenas um único estudo nesse campo, de Bina Agarwal, para Kerala, na Índia. Ela mostra conclusivamente que, em Kerala, a propriedade feminina de terras e casas é um obstáculo à violência. Nosso problema é que, no Equador, a incidência de violência física é muito baixa (3 ou 4% reportam violência física nas mãos de seu cônjuge durante o ano precedente). Essa é uma taxa muito baixa para se trabalhar com análise econométrica.

É UMA COMBINAÇÃO INTERESSANTE. EXISTEM DADOS DISPONÍVEIS, MAS NÃO RESPONDEM ÀS QUESTÕES QUE VOCÊ GOSTARIA DE FAZER. É SEMELHANTE AO QUE ANTROPÓLOGOS E SOCIÓLOGOS DE CAMPO FAZEM: UM EXTENSO TRABALHO COM FAMÍLIAS INDIVIDUAIS, ENTREVISTAS. NA SUA PRÁTICA DE PESQUISA, VOCÊ PLANEJA AS AÇÕES DOS ENTREVISTADORES EM FUNÇÃO DA CONSTRUÇÃO DOS MODELOS?

No Equador, antes de montarmos o questionário, passamos seis meses trabalhando em pesquisa qualitativa. Escolhemos três províncias e então definimos os grupos de interesse. Estabelecemos mais de quarenta grupos de interesse em três regiões. Seríamos estúpidos se fizéssemos um questionário sem antes fazer uma pesquisa qualitativa. Uma de nossas questões é por que e que bens são importantes para mulheres!

Uma de nossas questões centrais era: por que os bens são importantes para você? Os grupos de interesse confir-

maram que a propriedade de bens era muito importante para as mulheres. Da mesma forma, as mulheres do Equador geralmente conhecem seus direitos de propriedade, em contraste com a situação na Índia e Gana, onde elas não têm noção desses direitos.

VOCÊ ENCONTROU POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA QUE PUSESSEM MAIS ATENÇÃO A ESSAS QUESTÕES, FAVORECENDO UMA DISTRIBUIÇÃO MAIS EQUITATIVA DOS BENS?

Tudo que tem a ver com a propriedade conjunta em favor de uma partilha equitativa dos bens que o casal deve dividir. Todos os países sul-americanos possuem o regime matrimonial de propriedade comunitária parcial, significando que tudo que você compra durante o casamento pertence aos dois. Mas, na prática, você tem que ter os bens quase sempre registrados nos dois nomes dos dois. Para pelo menos reforçar a norma legal, a tradição da liderança familiar masculina é tão forte que nem sempre as mulheres conseguem a sua justa parte na partilha do divórcio. Então, o que você precisa é garantir que os bens sejam registrados nos nomes dos dois. Nas reformas agrárias, por exemplo, o homem consegue a terra, mas a mulher não tem o sentimento de que elas também são donas da terra. Legalmente, sob os códigos civis da maioria dos países sul-americanos, as mulheres também deveriam ser beneficiadas, mas isto não aconteceu. Logo, ter seu nome em um título de posse parece fazer a diferença.

CASO EXISTA UM TÍTULO DE POSSE QUE POSSUA APENAS O NOME DO HOMEM, OS PAÍSES SOLICITAM A INCLUSÃO DO NOME DA MULHER, OU ISSO É FEITO APENAS QUANDO DA AQUISIÇÃO DE NOVAS TERRAS?

O que o movimento feminista tem pressionado em todos os programas de Estado é que isso seja exigido de todas as pessoas casadas ou em união estável. Em alguns países foram mais além. No Equador, por exemplo, quando você compra um carro, é solicitado de você um documento que mostre seu estado civil, e então o título é colocado automaticamente no nome dos dois. Algumas vezes, essas coisas envolvem mudanças, outras envolvem o reforço do código civil. Tudo isso é importante quando você se divorcia ou separa. Isso não importa realmente quando você tem um casamento feliz, mas se torna crítico quando você se separa. Quais são os direitos?

NÃO É MUITO CLARO NA CABEÇA DAS PESSOAS COMO AS COISAS MUDAM EM RELAÇÃO A SEPARAÇÕES E DIVÓRCIOS. VOCÊ PERCEBEU UM AUMENTO NAS SEPARAÇÕES E DIVÓRCIOS NAS ÁREAS RURAIS, OU ISSO OCORRE MAIS COM PESSOAS QUE VIVEM NA CIDADE?

É difícil de dizer. Em estudos andinos existe o mito da família camponesa feliz que nunca se separa ou se divorcia. O que encontrei nos anos 1970 em Cajamarca foi que as uniões estáveis eram a regra, que as pessoas se separavam, e que até crianças eram algumas vezes abandonadas. Os ho-

mens migravam para o litoral e formavam segundas famílias lá. Era uma situação muito fluida. No Equador, nas terras altas, as pessoas são mais do tipo que se casam, enquanto aquelas aparentam ser mais do tipo que se juntam em uniões estáveis. No litoral, onde uniões estáveis são mais comuns, as mulheres às vezes têm cinco filhos de cinco homens diferentes. Tudo isso me fascina.

Aqui é onde a pesquisa qualitativa faz diferença. Existe muita coisa que você não consegue capturar em uma pesquisa familiar geral, e apenas algumas coisas você consegue quantificar.

TRAZENDO ISSO PARA O CONTEXTO GERAL DO BRASIL, COMO VOCÊ VÊ O FATO DE QUE ALGUMAS COISAS NO BRASIL ESTÃO AINDA MUITO ATRASADAS, ENQUANTO OUTRAS ESTÃO À FRENTE DO SEU TEMPO. ONDE O BRASIL SE DESTACA?

Certamente, em termos da Reforma Agrária. É um dos poucos países que ainda está fazendo uma reforma agrária, apesar de que eu entendo que agora ela está acontecendo a passos mais lentos do que no começo do governo Lula, e certamente abaixo das expectativas que tínhamos em relação a esse governo. Esse governo tem abraçado a causa dos direitos da mulher à propriedade da terra um pouco tarde. Foi apenas depois do ano 2000 que esses direitos começaram a ser levados a sério.

Eu retornei ao Brasil com uma bolsa Fullbright em 2000 e minha questão de pesquisa era exatamente isso: Por

que os movimentos sociais não estavam levando a sério os direitos das mulheres à terra? Minha resposta naquele momento foi que o MST, que estava liderando a demanda por uma Reforma Agrária, não tinha considerado a questão. Na verdade, foram as mulheres na CONTAG e nos sindicatos rurais que primeiro pressionaram por questões de gênero.

ENTÃO O BRASIL ESTAVA ATRASADO NA ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS RURAIS DE MULHERES?

O ativismo da CONTAG nas questões das mulheres do campo começa com a abertura e a democratização: é tudo um produto dos anos 1980. Assim, é paralelo com eventos de outros países, mas os primeiros países que adotaram o registro conjunto de propriedade foram a Nicarágua e a Colômbia. O Brasil estava definitivamente atrasado, mas agora eles fazem mais. Andrea Butto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem sido uma liderança muito efetiva e tem sabido o que fazer e quanto do progresso tem sido atingido.